

## APRESENTAÇÃO DOSSIÊ

### PROFLETRAS: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO/APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA

Este dossiê nasceu da vontade das organizadoras de dar ampla visibilidade a estudos já concluídos no âmbito do ensino, especialmente àqueles advindos desse mestrado profissional. A iniciativa da Revista faz parte do mesmo ensejo de aprimorar a formação de professores de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade do ensino no país. Esta é, portanto, mais uma oportunidade de ultrapassar as paredes da academia e divulgar as ações, as práticas, a elaboração de atividades didático pedagógicas e os materiais didáticos inovadores que se originaram de uma preocupação com um ensino fundamentado, crítico e responsável, sobretudo na Rede Pública de Ensino do Brasil.

Os artigos estão dispostos por ordem alfabética e foram produzidos, quase todos, em coautoria. Abre a revista o artigo intitulado ***A CONSTRUÇÃO DO TÓPICO DISCURSIVO EM REDAÇÕES DO ENEM***, que demonstra como o tópico discursivo, mesmo sem ser assim nomeado, está de algum modo considerado em algumas das cinco competências da grade de correção do Exame Nacional do Ensino Médio. Os autores, Katson Silva Maia, Kleiane Bezerra de Sá, Maiara Sousa Soares e Mariza Brito, dão especial enfoque, nessa relação, ao que os materiais de orientação ao candidato e ao corretor chamam de “projeto de texto”. O projeto textual a ser criado pelo candidato é uma espécie de planejamento para a redação, que precisa guiar-se pelo tipo dissertativo-argumentativo e pela unidade temática (ou tópica). O artigo assume, com Kleiane Sá (2018), a ideia de que a organização do tópico central da redação do Enem em subtópicos está diretamente vinculada à seleção, organização e hierarquização de argumentos direcionados à tese a ser defendida. Eis por que o trabalho associa o projeto de texto ao modo como o candidato deve elaborar a organização tópica. Salienta-se, com isso, a importância de o professor de língua portuguesa investir em atividades de leitura e de escrita que façam os alunos atentarem para a concernência do tópico central na delimitação de um tema, para as ligações tanto paralelas quanto verticais de desenvolvimento de subtópicos e para a relevância que essa organização deve ter para a defesa da tese na redação do Enem.

O segundo artigo desta obra versa sobre escrita colaborativa e tem como título **A ESCRITA CRIATIVA COMO PRÁTICA DE PRODUÇÃO TEXTUAL NO AMBIENTE ESCOLAR**. Neste trabalho, o leitor encontrará definições do que se entende por escrita criativa, uma sequência de passos metodológicos que podem estimular a originalidade nas produções textuais (paráfrases, adaptações de obras, paródias, técnicas de *brainstorming* etc.), além de sugestões de atividades de reescrita, que podem ser incrementadas pelo professor em sala de aula. Os autores Natalya Kran Moura e Adriana Oliveira Albano reivindicam que a criatividade deve ser provocada não só em textos literários, mas também em práticas discursivas de gêneros em geral: “a escrita criativa não traz resultados positivos apenas para o objetivo que está sendo trabalhado dentro de sala de aula, mas também para a forma como cada aluno passa a se comportar em ambiente extraclasse”.

O terceiro artigo é da autoria de Karina Souza Alves Montanha e trata do desenvolvimento da consciência fonológica no processo de alfabetização, com base nos estudos de Bortoni-Ricardo (2006). O título do trabalho é **A INFLUÊNCIA DA LINGUAGEM ORAL NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LÍNGUA ESCRITA**. Dois tipos de desvio ortográfico são examinados em textos de alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: os de “convenção ortográfica” e aqueles que se dão por interferência da oralidade na escrita. Fundando-se em Rojo e Barbosa (2006), a autora defende que o meio influencia diretamente no desenvolvimento da criança no processo de alfabetização. Uma conclusão pertinente do artigo é que os desvios de interferência da oralidade na escrita devem ser a primeira preocupação do professor, razão por que recomenda que a escola se volte mais para eles, pois os outros podem ser trabalhados posteriormente, ao longo dos Anos Iniciais. Uma discussão interessante dos desvios ortográficos, baseada em teóricos como Miriam Lemle, encorpa as constatações a que chega Montanha.

No quarto artigo, **A INTERTEXTUALIDADE EM CONTOS ESCRITOS POR CRIANÇAS EM FASE ESCOLAR**, Valdilene Morais e Ananias Silva lidam com contos escritos por crianças do 4º ano do Ensino Fundamental, a fim de ponderar sobre as relações intertextuais na construção de sentidos nas produções dos alunos. A base teórica do artigo são os estudos realizados pelo grupo Prottexto, que concebem a intertextualidade como uma das categorias textuais. A hipótese de Morais e Silva é que debater sobre as possíveis intertextualidades pode funcionar como mote para o professor aplicar tarefas de estratégias de escrita. As relações entre textos favorecem uma reflexão sobre os conhecimentos já

adquiridos pelos alunos por meio de textos “que fazem parte de seus repertórios de leitura e retomá-los na escrita de seus textos, seja como ponto de partida, como sustentação, reforço etc.” Subjaz a isso, evidentemente, o dialogismo bakhtiniano de que todo enunciado ecoa outros dizeres, mas também o pressuposto de Cavalcante et al. (2022) de que as intertextualidades deixam evidências no texto. Utilizando uma abordagem qualitativa e uma metodologia de pesquisa-ação, já que o artigo é fruto da dissertação de Moraes, no âmbito do programa ProfLetras, foram analisados textos produzidos durante oficinas pedagógicas em uma escola pública em Juazeiro do Norte/CE. Os autores concluem que as oficinas pedagógicas facilitaram a produção de textos pelos alunos, que incorporaram elementos narrativos e estratégias intertextuais, e reiteram que essas atividades contribuem significativamente para a construção de sentidos.

Em ***A RECONTEXTUALIZAÇÃO E SUA MOBILIZAÇÃO INTERTEXTUAL NO ENSINO DE PRODUÇÃO TEXTUAL NO AMBIENTE DIGITAL***, o quinto artigo, Marina Falcão, João Pedro Sousa e Graça Faria destacam a importância da integração de recursos tecnológicos no Ensino Fundamental - Anos Finais. Com apoio principalmente em Carvalho (2018), Cavalcante et al. (2020; 2022) e Paveau (2021), os autores sugerem uma abordagem pedagógica para o ensino de redação que concilie a experiência de vida com apelos intertextuais a narrativas clássicas. O termo-chave para essa metodologia é a recontextualização de enredos em situações do contexto contemporâneo, a fim de motivar o ensino da produção textual. A pesquisa analisa as habilidades propostas pela BNCC para a Língua Portuguesa e, com base nas orientações do documento oficial, apresenta um modelo de plano de aula, discriminando o passo a passo para a produção de textos no ambiente digital.

No sexto artigo deste dossiê, de título ***ARTIGO DE OPINIÃO: É POSSÍVEL (RE)SIGNIFICAR SUA ESCRITA?***, as autoras Eliane Aparecida Della Vecchia e Celina Aparecida Garcia de Souza, alinhadas aos objetivos do ProfLetras, tomam como base o pressuposto de Grigoletto (1995) de que a leitura poderá tornar-se uma forma de (re)significação de dizeres cristalizados e favorecer interpretações críticas. Para isso, consideraram pertinente suscitar leituras críticas, para alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, que favorecessem a elaboração do gênero artigo de opinião. Com o objetivo de melhorar as práticas de leitura e escrita, mediatizadas pelo professor-pesquisador, realizaram um debate inicial com um tema escolhido e, em seguida, conduziram os alunos

à leitura e à discussão de textos publicados na mídia jornalística, em sites especializados e em documentários, para, finalmente, solicitarem a produção de um artigo de opinião. Valendo-se de fundamentos teóricos diversos (de linguistas do texto, como Koch e Elias, e Cavalcante; analistas do discurso, como Orlandi, e de pesquisadores da Linguística Aplicada), as autoras desenvolveram uma pesquisa-ação capaz de fomentar a criação de leitores críticos e autônomos, aqueles que têm a capacidade de mobilizar os próprios conhecimentos prévios para atribuir sentido ao lido e à realidade.

O sétimo artigo, ainda que invista na escrita de textos, debruça-se sobre processos de segmentação não-convencional. Intitulado ***A SEGMENTAÇÃO NÃO-CONVENCIONAL NA ESCRITA DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL: INTERSEÇÃO DA RELAÇÃO FALA-ESCRITA E DE ESTRUTURAS PROSÓDICAS***, o artigo apresenta resultados da pesquisa dos autores Jucineide de Melo e Leônidas Silva, conduzida pelo ProFletras/UEPB, e aplicada a alunos do 9º ano do ensino fundamental em uma escola pública em Taperoá-PB. Com base em Abaurre, Tenani, entre outros, que investigam a fonologia prosódica, a proposta aplica jogos pedagógicos, recursos textuais e audiovisuais que possam melhorar a escrita em relação a problemas de segmentação não convencional (hipossegmentação e hipersegmentação). O estudo toma como apoio teórico os trabalhos de Tenani (2011) e Silva e Tenani (2015), que imputam alguns casos de violação da ortografia oficial da LP a motivações fonológico-prosódicas. Conclui-se que as estruturas prosódicas da língua podem desencadear processos de segmentação não convencional, razão pela qual os autores recomendam fortemente a exploração desses aspectos em aulas de língua portuguesa para contribuir efetivamente para o aperfeiçoamento da norma escrita formal.

O oitavo artigo, de título ***AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: CONTRIBUIÇÕES DAS PESQUISAS EDUCACIONAIS***, foi elaborado por Larissa Candido de Souza e Maria Niedja Pereira Martins. Tem como objetivo geral analisar como as produções científicas nacionais entendem o processo de avaliação em Língua Portuguesa no contexto do Ensino Remoto. Utilizando uma abordagem qualitativa, as autoras fizeram uma pesquisa bibliográfica exploratória, analisando 13 artigos publicados em periódicos nacionais entre 2020 e 2021. A investigação buscou identificar estudos brasileiros relacionados à disciplina de Língua Portuguesa e verificar a inclusão da Pedagogia dos Multiletramentos. Os resultados indicam que as reflexões do estudo podem esclarecer o papel da pesquisa na adaptação dos

processos avaliativos em Língua Portuguesa no Ensino Remoto, durante o período pandêmico, que assolou diversos países, inclusive o Brasil. Este trabalho reflete, assim, sobre como os treze artigos de pesquisa selecionados concebem o processo de avaliação em Língua Portuguesa no Ensino Remoto e sobre que caminhos são sugeridos para pesquisas futuras.

O nono artigo trata da elaboração de um Caderno Pedagógico, intitulado: **DA TEORIA À PRÁTICA: A IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DO CADERNO PEDAGÓGICO “ARTIGO DE OPINIÃO” EM SALA DE AULA**, em que se propõe discutir sobre a argumentação e a produção textual. As autoras Maria do Socorro Nascimento, Patrícia Cristina Duarte e Roberta Negrão de Araújo sugerem trabalhar com o gênero artigo de opinião numa prática pedagógica fundamentada na proposta didática de Gasparin (2009). É a partir dessa orientação que elaboram um caderno pedagógico. Entre as atividades desenvolvidas, destaca-se o momento da “instrumentalização”, em que os alunos, após a releitura de distintos textos, buscaram identificar argumentos de exemplificação, evidência e comparação, o que repercutiu muito positivamente na compreensão dos exemplares de texto analisados. As autoras consideram ter havido, com isso, um avanço considerável no desenvolvimento argumentativo das produções dos estudantes, o que culminou com a implementação do caderno pedagógico.

O artigo dez, **EM CENA: UMA PROPOSTA DE LEITURA SEMIÓTICA DO SANTO E A PORCA, DE AARIANO SUASSUNA, PARA O 9º ANO, ATRAVÉS DE OFICINAS EM UM CADERNO DIDÁTICO**, tem por objetivo construir um caderno de atividades didáticas que possa ampliar a compreensão leitora de textos literários com imagens literárias e dados diversos da obra “O Santo e a Porca”. As etapas compreendem reflexões sobre o autor, sobre a obra, entrevistas por ele concedidas, além de sugerirem aulas-espetáculo. Os autores Maria Ducilene Medeiros Carneiro e José Jacinto dos Santos Filho pretenderam atingir os seguintes objetivos: "refletir sobre a formação do leitor literário; explorar imagens literárias/semióticas da obra em estudo; refletir sobre o gênero dramático na sala de aula; e explorar o potencial imagético e identitário da obra". Subjaz a essa proposta a suposição de que a teoria peirciana pode contribuir para o entendimento do estudante sobre a realidade pela concretude textual e pela figurativização dos personagens. Complementam os autores que a obra em análise é um roteiro teatral em três atos que toca bastante na religiosidade e em valores da avareza de forma caricatural. Alertam o leitor que é pela

personificação do espírito brasileiro, sobretudo nordestino, que os leitores podem criar uma identidade cultural.

O artigo onze, **ENSINO DAS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA LEXICAL**, dedica-se, mais particularmente, a uma discussão sobre o uso de expressões idiomáticas (EI), ainda que com vista à melhoria da compreensão leitora. As autoras Lígia Fabiana de Souza Silva e Mariângela de Araújo partem do pressuposto de que os estudantes têm dificuldades para alcançar o sentido das expressões idiomáticas em tirinhas de humor. O objetivo principal foi desenvolver a compreensão leitora a partir da ampliação da competência lexical dos alunos. O artigo é fundamentado na teoria de Trévillie e Duquette (1996), articulada aos horizontes de compreensão leitora, descritos por Marcuschi (2008). Os resultados qualitativos e quantitativos indicaram que parte dos estudantes interpretam, satisfatoriamente, o significado e os efeitos discursivos das expressões idiomáticas, o que comprova a viabilidade de o professor explorar tais expressões em sala de aula, já que elas estão atreladas a um saber cultural e histórico. Por fim, o leitor encontrará uma proposta de sequência didática seccionada em cinco etapas, que envolvem uma avaliação diagnóstica da compreensão das expressões idiomáticas (EI), uma discussão sobre o contexto cultural em que elas fazem sentido, a apresentação de vídeos, um jogo de formação de pares idiomáticos, além de outras atividades de leitura que possam elastecer os horizontes de compreensão do aluno.

O artigo doze, da professora do ProfLetras Solange Fortili, desloca o olhar do texto para descrições gramaticais em sala de aula, ao sintetizar discussões de situações da prática docente na disciplina “Gramática, Variação e Ensino”. O propósito da experiência foi sondar os mestrandos sobre como assimilam conceitos e noções desenvolvidos no âmbito da Sociolinguística e sobre como os utilizam em sua prática de sala de aula no Ensino Fundamental. O título do artigo já é bem sugestivo quanto a essa intencionalidade: **“EU PENSAVA EM VARIAÇÃO LINGUÍSTICA SÓ COMO REGIONALISMOS”:** **APRIMORAMENTO DE SABERES NO PROFLETRAS POR MEIO DA DISCIPLINA GRAMÁTICA, VARIAÇÃO E ENSINO**. Assim, o artigo dá notícias de um cotejo realizado pela autora entre as falas iniciais dos mestrandos e aquilo que eles defenderam em seus seminários, a fim de observar em que medida os conceitos foram refinados no decorrer dos encontros, proporcionando um entendimento mais consistente da noção de variação linguística. Os debates giraram em torno dos fenômenos de variação português, com base

em Labov (1972); Camacho (2005); Alkmin (2001), dentre outros. Os mestrandos desenvolveram como “aula-pesquisa-ação” uma escuta mais acurada das falas dos estudantes, o que permitiu à autora concluir que os professores devem confiar mais no potencial do aluno e apresentar-lhe conceitos e caminhos de pesquisa.

No artigo treze, nomeado **EXPERIÊNCIAS DE ALUNOS COM AS METODOLOGIAS ATIVAS: O PROJETO “NOSSO RIO EM CRÔNICAS E POESIAS”**, os alunos, com o apoio da professora, desenvolveram atividades que culminaram na construção de um livro digital 4, ancorado teoricamente em Moran (2018), Dewey (1950, 1978), Miccoli (2006, 2007, 2014). Os autores Marcos Nonato de Oliveira e Francisca Alves de Medeiros Couto desenvolvem uma reflexão sobre o uso de metodologias ativas para expandir habilidades e competências no aprendizado. Eles mostram que os estudantes, ao escreverem diário de bordo, puderam vivenciar experiências diversificadas, desde a sensibilização pelo avanço e pelo uso adequado das tecnologias até a elaboração de textos expositivos sempre de forma criativa, colaborativa e significativa. Nesta proposta, o leitor se deparará com contribuições que proporcionam aos estudantes motivações para leitura, produção e visão crítica de valores individuais e sociais, para que os alunos se tornem protagonistas do processo de aprendizagem. Os autores destacam a premência de desenvolver no estudante a prática de pesquisa, que inclui exploração, investigação e reflexão teórica. O propósito era, portanto, afetar o leitor e/ou leitor docente com sugestões de práticas pedagógicas que tivessem como foco as metodologias ativas, tendo em vista sua dinamicidade e as habilidades desenvolvidas.

O artigo quatorze intitulado **GÊNERO “RELATO PESSOAL” COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A ESCRITA DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL**, das autoras Priscila Barboza Gomes de Souza e Silvelena Cosmo Dias, concentra-se na escrita colaborativa como atividades diárias na vida escolar de alunos do 4º ano do Ensino Fundamental. As autoras, a partir do pressuposto de que o texto deve ser o ponto de partida, bem como o ponto de chegada das aulas de língua portuguesa (GERALDI, 1993), formulam a hipótese de que expor o aluno a leituras e escritas diárias, sem intenções avaliativas, com correções entre os pares e autoavaliações, pode contribuir para a escrita dos gêneros de relato pessoal, bem como para o processo de letramento. Nesse artigo, o leitor encontrará sustentações teóricas advindas de Coracini (2011), que assume a escrita como processo de constituição identitária; de Geraldi (1993, p. 135), que discute a escrita

na sala de aula como uma “devolução do direito à palavra..., para ouvirmos a história, contida e não contada”; e de Bakhtin (2000), que considera a linguagem como um processo de interação entre os participantes, imersos em cada tempo histórico e em cada espaço social. Com o desenvolvimento da pesquisa-ação, as autoras mostram os resultados obtidos de aprimoramento consideráveis nas habilidades de escrita e na eclosão da subjetividade nos textos produzidos pelos educandos.

No artigo quinze, **LITERATURA NA FORMAÇÃO/ATUAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA**, as autoras Célia Regina Costa e Emanuela Carla Medeiros de Queiros partem da inquietação de que os professores carecem de uma melhor formação para exercer seu papel na formação de leitores proficientes e de que o fazer literário acaba sendo apagado pela rotina diária. O experimento por elas proposto envolveu a aplicação de um questionário e a participação em três encontros formativos como produto de intervenção. O objetivo dessa prática pedagógica era sondar os conhecimentos pré-discursivos dos alunos e despertar-lhes o interesse e a paixão pelos livros e pelos enredos de textos literários. Recorreram, para isso, aos estudos de Souza e Feba (2017, 2020), Cosson (2021), Britto (2003; 2015), Castrillón (2011), entre outros. Os temas do questionário indagaram se o professor se julga um leitor de literatura; como avalia o processo de formação leitora; e quais foram suas experiências significativas de leitura literária em sala de aula. Foram apresentados resultados de cinco professores (A, B, C, D e E), embora nos três quadros de apresentação de resultados não aparecem respostas de todos os participantes. Os resultados qualitativos indicaram: a) ausência de formação em literatura; b) desconhecimento de concepções de leitura como prática social, dialógica, comunicativa e formativa pelas vias do texto literário; e c) visão preconcebida de que somente o estudante precisa conceber-se leitor. Com esta pesquisa, as autoras sinalizam ao leitor/professor sobre a importância de uma formação consistente, sobre seu papel como mediador e sobre sua atuação com propostas intervencionistas. Por fim, as autoras depõem em favor de que o professor também se veja como um leitor em potencial, a fim de que possa formar leitores motivados para compreender diferentes gêneros, estilos e temas.

O artigo dezesseis, **MEDIAÇÕES CONTEXTUAIS DE LEITURAS NAS AULAS DE DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA PROPOSIÇÃO DO PROFLETRAS**, discute abordagens teóricas da mediação de leitura em sala de aula, como Santos *et al* (2009),

Neves *et al* (2004), Cosson (2015; 2021), Freire (1987; 2003) e, principalmente, Vygotsky (2007). As ponderações teóricas se dão em torno das práticas sociais e culturais de mediação da leitura, considerando como elas podem oportunizar a formação leitora e ampliar as habilidades leitoras dos alunos. Os autores Maria Aparecida Alves de Oliveira e Francisco Fábio Pinheiro de Vasconcelos dividiram o texto em quatro itens. No item um, “Leitura tem sabor e tem saber”, os autores criticam a costumeira alegação de que os estudantes não gostam das leituras escolares e apontam a necessidade de uma mediação cautelosa e interventiva do professor, para que não se exacerbe o problema. No item dois, os autores tecem considerações sobre o “processo de mediação da leitura fundamentada nas orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”. Neste documento, é destacada a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, voltada para o ensino da leitura pela interação entre leitor/ouvinte/espectador e diversificada em modalidades escritas, orais, perpassadas por diferentes sistemas semióticos. Os autores recomendam que a escola medeie as atividades de leitura de forma longitudinal. O item três trata do “processo de mediação contextual da leitura para formação de leitores críticos”, com base, principalmente, em Vygotsky (2007), que propõe as zonas de desenvolvimento proximal (ZDP) e de desenvolvimento real (ZDR) como parâmetros para a observação de como o conhecimento é construído a partir das interações entre sujeito, meio e objeto. Para essa mediação contextual, as autoras sugerem que elas deem contando, sensibilizando, mostrando, apontando, criticando, apoiando, elogiando, encorajando, promovendo círculos e clubes de leitura e oficinas literárias. Por fim, no item quatro, “processo de mediação contextual na/pela escola”, em consonância com Possenti (2012), defendem que as práticas não devem ser pontuais, mecânicas e descontextualizadas, mas permanentes, significativas e contextualizadas, a fim de se proporcionar a apropriação da função social da leitura, que deve ocorrer na escola, na sala de aula e fora dela.

Com o título **O TRABALHO DE LEITURA E DE ESCRITA NA EJA COM O GÊNERO RELATO DE EXPERIÊNCIA**, o artigo dezessete, de Seuline Domingues da Silva, concerne a uma proposta com a Educação de Jovens e Adultos, que tem a peculiaridade de atender a alunos que não concluíram o curso fundamental ou médio na idade esperada. Essa particularidade em si já repercute na seleção de conteúdos a serem abordados, porque devem ser condizentes com o interesse de uma faixa etária que varia no enorme intervalo de 15 anos a 57 anos. Ademais, as atividades de alfabetização e letramento precisam

focalizar as habilidades de compreensão leitora, para não se limitarem a tarefas de decodificação, e levar a reflexões sobre as possibilidades interpretativas. A originalidade do artigo reside na ideia de trabalhar gêneros que envolvem relatos de experiência como forma de valorizar a história de vida de cada discente e estimulá-los a uma escrita fluida. A partir disso, o professor realizaria sucessivos exercícios de reescrita, que poderiam seguir as sugestões de Ruiz (2013).

O artigo dezoito, sob o título **PONTO DE VISTA EM LINGUÍSTICA TEXTUAL: EFEITOS ARGUMENTATIVOS E APLICAÇÕES NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA**, de Valdinar Custódio Filho e Mônica Cavalcante, articula a Linguística Textual com a perspectiva enunciativa de ponto de vista (Rabatel, 2016). Os autores advogam em favor da relevância de a escola abordar a noção de ponto de vista para demonstrar que todo texto tem uma dimensão argumentativa (Amossy, 2016). O ponto de vista, considerado por Rabatel como uma manifestação linguística de percepções valoradas sobre os referentes, ou objetos de discurso, é fundamental para a interpretação da argumentação em textos. O artigo, adotando a distinção proposta por Amossy entre visada e dimensão argumentativa, demonstra como podem ser didaticamente identificados diferentes pontos de vista de enunciadores, que podem aparecer no texto como locutores ou não. Explicando, assim, o que são as instâncias enunciativas do locutor e do enunciador, os autores sugerem duas atividades de compreensão textual que podem colaborar para o desenvolvimento de habilidades de leitura, tendo em conta a orientação argumentativa dos textos.

Intitulado **PRÁTICA DE ENSINO DE LEITURA CRÍTICA DE ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS QUE DISCURSIVIZAM AS MULHERES: ANÁLISE DE UMA ELABORAÇÃO DIDÁTICA**, o artigo dezenove versa sobre inquietações de professoras e professores no tocante a certas práticas pedagógicas que supõem determinadas representações sociais das mulheres nas relações de "gênero", que envolvem noções de feminilidade e de masculinidade. As autoras Maria Gabriela Abreu e Rosângela Hammes Rodrigues têm amparo nos Estudos Dialógicos do Discurso, do Círculo de Bakhtin, a partir dos quais tecem reflexões sobre atividades de leitura crítica que objetivaram reconhecer e identificar ideologias e valores presentes nos discursos. Reforçam as autoras que se trata de um movimento metodológico e didático que se afasta do "aplicacionismo" teórico, o qual não seria pertinente a aulas de Língua Portuguesa e não colaboraria para uma "prática de

linguagem de leitura crítica, histórica, culturalmente e socialmente situada”. A pesquisa foi aplicada a estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola estadual localizada na Grande Florianópolis (SC). Os resultados indicaram que, apesar de os alunos demonstrarem certas dificuldades para compreender e interpretar os anúncios, consideraram a prática como positiva pela apropriação da postura crítica. Apoiadas em Geraldi (2010), as autoras reafirmam a urgência de ensinar a leitura crítica nas aulas de Língua Portuguesa.

No vigésimo artigo, **UMA ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS DAS PRÁTICAS DE MULTILETRAMENTOS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA**, Leandra Ines Seganfredo Santos e Albina Pereira de Pinho, indagam sobre os procedimentos metodológicos adotados, nos Trabalhos de Conclusão Final, por docentes-egressos das turmas do ProfLetras, para o trabalho com as práticas de significação da leitura e escrita na perspectiva dos multiletramentos. Nesse artigo, o leitor encontrará uma vasta discussão a respeito do termo multiletrar sob a perspectiva de pesquisadores da área, como Kalantzis; Cope; Pinheiro (2000), Rojo (2012; 2019) e Santos (2018). Após a análise de trinta e três Trabalhos de Conclusão Final, na área de estudos linguísticos, as autoras concluem que os procedimentos da sequência didática se mostraram fortes aliados nas práticas de multiletrar na escola. Ressaltam que a metodologia de utilização das tecnologias da informação e comunicação facilitou a inserção, o engajamento e o protagonismo dos estudantes em práticas de linguagem transformadoras.

O vigésimo primeiro artigo trata de uma proposição de leitura de narrativas longas e como título **UMA JORNADA RUMO À MATURIDADE PESSOAL EM ANA Z., AONDE VAI VOCÊ?: PRÁTICA DE LEITURA NO ENSINO FUNDAMENTAL II**. Este trabalho tenciona desenvolver nos alunos o hábito de ler romances, estabelecendo uma rotina de leitura por capítulos. As autoras Paula Adriana Greff e Vera Maquêa, fundamentadas nas premissas da Estética da Recepção, de Jauss (1994; 2002), entendem que a leitura de obras literárias tem um caráter emancipatório e produz um efeito catarse no leitor, capaz de levá-lo a mudar de atitudes e concepções, além de transformar a si e ao mundo por intermédio de si. A partir de atividades realizadas no laboratório de informática e com a sala dividida em grupos, as autoras puderam observar manifestações positivas quanto ao caminho percorrido para mergulhar nas profundezas do texto literário, fazendo emergirem dali alunos mais conscientes de suas capacidades de construir sentidos.

O último artigo deste dossiê, o vigésimo segundo, **UMA LEITURA DE QUARTO DE DESPEJO SOB A ÓTICA DO LETRAMENTO LITERÁRIO E DA SEMIÓTICA GREIMASIANA**, é dos autores Káren Aparecida de Sousa Andrade e José Leite de Oliveira Junior. Situado no âmbito do letramento literário e motivado pelo trabalho com o gênero memorialístico, o trabalho se sustenta no aporte teórico da Semiótica Tensiva, proposta por Claude Zilberberg. Os autores promovem a análise de uma das atividades propostas no material técnico-pedagógico, cujo título é "O que *Carolina tem?*", destinada a alunos do 9º ano do Ensino Fundamental. Defende-se, nesta pesquisa, que utilizar gêneros memorialísticos, especialmente o diário, tem resultados muito produtivos em sala de aula, porque ajudam a estabelecer um elo entre o que somos e o que vivemos. Assim, nas memórias de Carolina de Jesus, em "Quarto de despejo: diário de uma favelada", vê-se a construção de uma identidade intermediada pela escrita, a qual retoma questões de racismo e de precarização social. A contribuição da pesquisa se expressa na quebra de paradigmas ao permitir na escola a leitura de uma literatura marginalizada e tornar as aulas culturalmente democráticas.

### **As Organizadoras**

*Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante (UFC/CNPq)*

*Profa. Dra. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento (UFMS/CPTL)*

*Profa. Dra. Silvelena Cosmo Dias (UFMS/CPTL)*